

Brasil tenta obter aval para títulos

Dívida Externa

-8 SET 1987

GAZETA MERCANTIL

por Maria Christina Carvalho
de Viena

O Brasil vai procurar a garantia de alguma instituição financeira internacional para pelo menos uma parte dos juros dos títulos em que pretende converter metade de sua dívida externa com os bancos comerciais, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

"Seria bom uma garantia para pelo menos uma pequena parte dos juros. Mesmo porque uma instituição como o Banco Mundial não tem capital suficiente para garantir os juros sobre toda a parcela da dívida que o governo pretende converter em títulos", disse. O valor englobado na operação seria de US\$ 32 bilhões, correspondentes à metade dos US\$ 64 bilhões devidos aos bancos comerciais.

Mas a garantia fundamental, continuou, é a "economia brasileira, que será administrada com

austeridade e com a manutenção dos superávits comerciais".

O ministro participa hoje do 4º U.S. Congressional Summit, encontro de congressistas americanos, economistas e banqueiros internacionais, cujo tema neste ano é a perspectiva econômica para a década de 90.

Na sua palestra, Bresser Pereira vai apresentar o plano e contará entre seus ouvintes pessoas importantes como o presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet; o vice-presidente do Banco Mundial, Ernest Stern; o diretor-gerente adjunto do Fundo Monetário Internacional (FMI), Richard Erb; o subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Allen Wallis, além de presidentes e vice-presidentes de instituições como o Banco Industrial do Japão, o Paribas, o American Express e o First Boston Corp.

Na verdade, o trabalho de divulgação e procura de adesões à proposta já des-

lanchou com os contatos feitos pelo assessor especial para a Dívida Externa, Fernão Bracher, na quarta-feira na França, ontem na Alemanha Ocidental e na Suíça. Na segunda-feira Bracher vai à Inglaterra. Hoje, ele e Antônio de Pádua Seixas, diretor da Dívida Externa do Banco Central, também estarão em Viena.

Na próxima semana, todos estarão nos Estados Unidos para um encontro com o secretário do Tesouro americano, James A. Baker III, na terça-feira.

A proposta brasileira, informou Bresser Pereira, ainda está sendo elaborada e será apresentada aos bancos credores antes da reunião anual do FMI, no fim deste mês. A idéia é transformar os US\$ 32 bilhões devidos em títulos, com um valor de face integral, negociados a juros que refletirão o deságio. "Inicialmente pode-se pensar em um desconto de 25%", disse o ministro, acrescentando que, atualmente, o mercado para esses títulos opera com desconto de 45%, isto é, cada dólar da dívida externa é negociado por 55 centavos de dólar.

Os títulos teriam prazo de 25 a 35 anos e a idéia é que, ao final do processo, toda a dívida tenha sido paga, integralmente, explicou, evitando descender a mais detalhes. O ministro disse que a proposta envolve metade da dívida porque "é quanto podemos garantir".

A outra metade seria negociada nos termos convencionais com pagamento de parte dos juros e refinanciamento de outra parte. Se a proposta for aceita, portanto, a moratória será suspensa e o Brasil fará um acordo com o FMI, acrescentou.

"O acordo com o FMI interessa-nos, pois assim poderemos

(Continua na página 18)

Uma corrente dentro do

Brasil tenta obter aval para títulos

por Maria Christina Carvalho
de Viena

(Continuação da 1ª página)
pegar recursos junto ao Clube de Paris e aos bancos japoneses, por exemplo", disse, lembrando que um dos objetivos da proposta é "permitir a reintegração do Brasil no mercado financeiro internacional e garantir taxas de crescimento adequadas".

Bresser Pereira está convencido de que a proposta será bem aceita. "O mercado internacional esperava por isso, os banqueiros e os políticos também", uma solução até agora adiada, segundo ele, por conservadorismo.

A proposta amadureceu, disse o ministro, porque o sistema convencional fracassou. "Desde a crise da dívida, em 1982, tentou-se resolver o problema com um forte ajuste dos endividados e o refinanciamento dos débitos. Cinco anos depois vemos que o sistema não funcionou."

Para ele, do lado dos países endividados da América Latina, houve uma transferência de recursos de aproximadamente 5% do PIB nesse período para os credores. A inflação cresceu. A política de gerar altos superávits comerciais reduziu as importações e gerou recessão.

"Os países desenvolvidos deixam de exportar US\$ 30 bilhões por ano", disse o embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira, que está acompanhando a visita de Bresser Pereira a Viena.

"O índice de endividamento, a relação entre a dívida e as exportações passaram de 2,6 vezes em 1982 para 3,8 vezes agora. No Brasil, essa relação é de quatro vezes", disse o ministro. "A técnica tradicional de resolver a questão torna-se inviável então. Não há como pagar a totalidade dos juros devidos", concluiu.